

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação de recursos hídricos vigente, demais normas pertinentes e no protocolado sob nº **22.375.371-0**, emite a **Portaria de outorga prévia** para **Barragem/soleira**, nas condições abaixo especificadas:

Portaria: 12676/2024/OP-GOUT

Validade: 19/08/2026

Nome/Razão Social: MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA

CPF/CNPJ: 76.995.455/0001-56

Empreendimento: Bacia de Contenção do Barro Preto

Endereço: PRAÇA ANGELO MEZZOMO

Município: Coronel Vívda

Localidade: CENTRO

UF: PR

Interessados

ANDERSON MANIQUE BARRETTO

967.311.099-91

Ponto de interferência

Bacia hidrográfica: Iguaçu

Tipo de corpo hídrico: Rio

Coordenadas UTM: 7.125.779,87 N 344.997,03 E

Código do ponto: 145076

Dominialidade: Estadual

Área crítica: Não

Comitê: Baixo iguaçu

Nome: Barro Preto

Fuso: 22 (SIRGAS 2000)

Código Ottobacia: 8622554851

Nome popular: -

Regional: Escritório Regional de Pato Branco

Condições da intervenção

Nome da barragem Bacia de Contenção Barro Preto

Volume máximo (m³) 441.450,00

Vazão mínima de jusante (m³/s) 0,01000

Vazão de regularização (m³/s) 41,90

Área do reservatório (m²) 5.927,00

Altura do barramento da fundação à crista (m) 6,04

Vazão de projeto do vertedouro (m³/s) 86,75000

Área do vertedouro (m²) 6,40

Classificação da barragem

Categoria de risco Baixo

Dano potencial

Médio

Classe da barragem C

Observações

Barragem classificada com Categoria de Risco (CRI): BAIXO e Dano Potencial Associado (DPA): ALTO, com classificação final: BARRAGEM TIPO "A". Portanto o empreendedor deverá apresentar a seguinte documentação para atendimento à Lei de Segurança de Barragens, conforme o Art. 11. da Portaria nº 467/2023 do IAT: O Empreendedor terá prazo de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO que será encaminhada pelo IAT, sendo que esta notificação será a data de publicação da Portaria de Outorga Prévia para Barragem:

I - Plano de Segurança de Barragem;

II - Inspeção de Segurança Regular;

III - Revisão Periódica de Segurança da Barragem;

IV - Plano de Ação de Emergência - PAE.

Trata-se de bacia de contenção de cheia, sem função de acumulação de água, ou seja, a água terá livre passagem por vertedouro retangular.

Condições

Art. 1º O empreendedor é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados de acordo com o que estabelece a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e demais regulamentos emitidos pelo órgão fiscalizador da segurança da barragem.

Art. 2º Este ato de outorga prévia, objeto desta Portaria, não estabelece direitos de uso de recursos hídricos, correspondendo somente à manifestação prévia do Poder Público Outorgante quanto ao objeto requerido, possibilitando ao Outorgado prosseguir no planejamento e projeto de empreendimento, no atendimento às etapas de licenciamento previstas nas legislações sobre uso e ocupação do solo, meio ambiente, exploração e aproveitamento de recursos naturais e, ainda, no cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 3º O ato de outorga prévia estará garantido ao Outorgado, desde que os elementos do processo administrativo que deram sustentação a esta manifestação não venham a ser alterados nas fases subsequentes do processo administrativo de requerimento de autorização de direito de uso de recursos hídricos.

Art. 4º O Poder Público Outorgante pode, em decisão motivada, suspender, total ou parcialmente, em definitivo ou por prazo determinado, a outorga prévia concedida.

Art. 5º A outorga poderá ser revogada, sem qualquer direito de indenização, nos casos de cancelamento da licença ambiental ou se as licenças municipais para construção e funcionamento não forem emitidas, se for o caso dessas exigências, ou ainda se verificados os demais casos previstos no artigo 32 do Decreto Estadual nº 9.957 de 23/01/2014.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Condições

- Art. 7º** O requerimento para renovação desta outorga deverá ser encaminhado ao Poder Público Outorgante no prazo máximo de até 90 (noventa) dias anteriores à data de expiração da vigência desta autorização.
- Art. 8º** No caso de desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou desistência da outorga, o Outorgado deverá comunicar formalmente ao INSTITUTO, por meio de formulário próprio.
- Art. 9º** A transferência de titularidade da outorga, relativa à alteração do titular da outorga, poderá ser solicitada através de requerimento específico ao INSTITUTO.
- Art. 10º** O Outorgado se sujeita à fiscalização do INSTITUTO, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
- Art. 11º** O não cumprimento da legislação de recursos hídricos vigente e aos termos desta outorga sujeitará o outorgado às sanções previstas na Lei 12.726/99 e nos decretos 9957/2014 e 12.416/2014.
- Art. 12º** Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.